



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

**Processo:** n.º 00600-00013780/2022-01-e(c).

**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (SEPLAD/DF), sucedida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF).

**Assunto:** Edital de Concurso Público.

**Ementa:** PESSOAL. PROCESSUAL. SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC/DF. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL. DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. PEDIDO DE REEXAME. PRECEDENTES JUDICIAIS. SOBRESTAMENTO. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA.

**Resumo:** Edital nº 01/2022 – ATUB. Concurso público destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro reserva relativamente aos cargos de Auditor de Atividades Urbanas e de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas (peça 1).

. Decisão nº 3361/2024 (Relator - Desembargador de Contas Paulo Tadeu): conhecimento de documentos, manifestações, requerimentos e do Despacho Singular nº 164/2024 -GCPT. Improcedência das denúncias encartadas nas peças 118/120, 131/132 e 135/137. Ciência da decisão. Devolução dos autos à SEFIPE (peça 150).

. Interposição de Pedido de Reexame. Em apertada síntese a recorrente, irressignada com os termos do item II da Decisão nº 3361/2024, que a juízo dela foi omissa no tocante a parte final da denúncia encartada nas peças 131/132, pretende a reforma da decisão recorrida para que, dentre outros pedidos, ocorra: **a)** o correto remanejamento das vagas não preenchidas no relativo ao cargo de código 103 (Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - Especialidade Atividades Econômicas e Urbanas); **b)** publicação complementar destinando 70 vagas não preenchidas para os candidatos considerados **não cotistas** na contabilização das **provas discursivas** da ampla concorrência, retornando todos estes candidatos excluídos à atual listagem dos aprovados (peça 156).

. Decisão nº 4145/2024: conhecimento do recurso com atribuição de efeito suspensivo ao item II da Decisão nº 3361/2024. Fixação de prazo para apresentação de contrarrazões pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Ciência da decisão.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

Remessa dos autos ao Núcleo de Recursos/SEGECEX para análise do mérito do recurso (peça 160).

. Apresentação de contrarrazões pela Secretaria de Estado de Economia, que pugna pelo improvimento do recurso (peças 187/188).

Nesta fase, o Núcleo de Recursos sugere ao Tribunal que: *“I. tome conhecimento: a) das contrarrazões apresentadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (peça 187); b) da Informação nº 028/2025 - NUREC; II. negue provimento ao recurso em exame, por ausência de respaldo legal da pretensão nele apresentada, restabelecendo os efeitos do item II da Decisão n.º 4.145/2024; III. autorize: a) a ciência da decisão a ser proferida à recorrente e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF; b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia da decisão a ser proferida, para os devidos registros; c) o retorno destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências de sua alçada e posterior arquivamento”* (peça 189).

. Parecer convergente subscrito pela representante do Ministério Público de Contas, Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (peça 194).

. Precedentes do TJDF: o primeiro em sentido desfavorável (Mandado de Segurança Cível nº 0729277-14.2024.8.07.0000 – Acórdão nº 1943357), mas não transitado em julgado, e o segundo com decisão liminar favorável à pretensão recursal (Mandado de Segurança Cível nº 0730214-24.2024.8.07.0000).

. **VOTO.** Acolhimento parcial dos termos da instrução e do parecer ministerial, com ajustes. Sobrestamento da apreciação do recurso. Ciência da decisão. Determinação. Remessa dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIPE.

## RELATÓRIO

Trata o processo da análise do Edital nº 01/2022 – ATUB, publicado no DODF de 18.11.2022, que disciplina o concurso público destinado ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva relativamente aos Cargos de Auditor de Atividades Urbanas e de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas.

Em fase processual pretérita, foi editada a Decisão nº 3361/2024, com o seguinte teor:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – tomar conhecimento: 1) da demanda apresentada por candidata (Peça nº 118) e anexos (Peças nºs 119/120); 2) dos editais vistos às Peças nºs 121 a 128; 3) da Informação nº 100/2024-DIFIPE3 (Peça nº 129); 4) do Ofício nº 114/2024-MPC/G4P (Peça nº 132), que encaminha denúncia como anexo (Peça nº 131); 5) da manifestação de candidata cujo edital do certame é objeto de análise nos autos em exame (Peça nº 134); 6) do Memorando nº 253/2024 – OUVIDORIA (Peça nº 137), que apresentou denúncia a ela encaminhada (Peça nº 135), acompanhada de anexo (Peça nº 136); 7) do pedido de cópia integral dos autos (Peça nº 144), bem como do Despacho Singular nº 164/2024 – GCPT (Peça nº 147), que deferiu esse pleito;*

*II – considerar **improcedentes** as denúncias trazidas às Peças nºs 118/120, 131/132 e 135/137;*

*III – dar ciência do relatório/voto do Relator e desta decisão aos signatários das Peças nºs 118 e 134, ao Ministério Público junto à Corte (MPJTCD) e à Ouvidoria do TCDF;*

*IV – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para as providências de sua alçada.”*

Irresignada com os termos da deliberação em tela, especificamente de seu item II, **Luana de Freitas Batista** (candidata ao cargo código 103 - Auditor Fiscal De Atividades Urbanas – Atividades Econômicas e Urbanas, inscrição nº 0310110471), advogando em causa própria (OAB/DF 60335), interpôs o Pedido de Reexame encartado na peça 156, em que formulou os seguintes requerimentos:

*“1. Requer a reforma da r. decisão acima descrita considerando-se a necessidade do correto remanejamento das VAGAS NÃO PREENCHIDAS ao cargo 103, em harmonia com os mesmos critérios estabelecidos e utilizados aos outros cargos do concurso.*

*2. Requer publicação complementar destinando 70 vagas (NÃO PREENCHIDAS) para os candidatos considerados NÃO COTISTAS na contabilização das provas discursivas da ampla concorrência, uma vez que todos estes já tiveram suas redações corrigidas em resultados anteriores, retomando todos estes candidatos excluídos à atual listagem de aprovados.*

*3. Requer que no campo descritivo na listagem de aprovados. contenha a descrição: “aprovado”, com o objetivo de que cada candidato acrescido possa ter o direito de estar presente na listagem da homologação final, em virtude da decisão TCDF nº 4738/2023, assim como efetivado aos outros cargos abrangidos pelo certame e já homologados.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

*4. Requer a concessão do pedido liminar, em virtude da urgência na apreciação da referida demanda, diante dos danos que poderão ser ocasionados com o protelar do deslinde da causa.”*

Após analisar as razões recursais e as contrarrazões, o Núcleo de Recursos/SEGECEX manifestou o entendimento que passo a reproduzir:

**“I. Do recurso**

*6. Preliminarmente, cabe esclarecer que o escopo do recurso foi delimitado pela Recorrente ao julgamento pela improcedência da denúncia de peças 131/132. Essa denúncia foi sintetizada na Informação nº 114/2024-Dífipec3 (peça 140), da seguinte forma:*

*(...) segundo a denúncia, o número de provas discursivas corrigidas pela Banca seria inferior ao total previsto em edital para o Cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, código 103 - Especialização Atividades Econômicas e Urbanas.*

*A manifestação juntada como peça 134 rechaça essa denúncia e demonstra que foram corrigidas 635 provas discursivas, quando a previsão era um total de 630, enquanto as da ampla concorrência totalizaram 431, em vez dos 315 previstos.*

*7. Na referida informação, posteriormente endossada pela decisão recorrida, concluiu-se pela improcedência da denúncia, considerando que:*

*(...) comprova-se que o último candidato para correção da **prova discursiva** da ampla concorrência está na classificação 431 e era prevista a correção de apenas 315 desse público, segundo o subitem 16.5.1 do edital. No mesmo sentido, o total de provas (315 AC, 126 PCD, 126 Negro e 63 Hipossuficiente) era de 630 e foram corrigidas 635.*

*8. Inconformada, a Recorrente apresentou em números, uma análise comparativa do tratamento conferido pela banca para o Cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, código 103 – Especialização Atividades Econômicas e Urbanas com o procedimento adotado para os demais cargos do mesmo certame, concluindo pela necessidade de:*

*proteção ao direito manifestamente infringido, a fim de que seja reconhecido o pedido pleiteado para que seja **ordenada a inclusão, por parte da banca realizadora, de 70 vagas não preenchidas destinadas aos candidatos NÃO COTISTAS da ampla concorrência, em respeito aos parâmetros utilizados para os outros cargos do certame, bem como a observância aos princípios constitucionais basilares e norteadores do concurso público.** (Grifo do original).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

9. *Requeru, ao final, o remanejamento das vagas não preenchidas para o cargo 103, a partir dos critérios estabelecidos e que teriam sido utilizados para os demais cargos, e providências acessórias a isso relativas.*

10. *Em sua essência, a Recorrente pediu a destinação de vagas não preenchidas por cotas – para fins de correção das redações – “somente para os candidatos considerados NÃO COTISTAS da ampla concorrência, excluindo os candidatos considerados cotistas na contagem, pois estes são contabilizados no montante total de cada cota específica ao computarem as redações a serem corrigidas.” (Grifo do original).*

**II. Das contrarrazões**

11. *Por meio do Despacho SEEC/SEGEA/SUGEP/UACEP/COCP (peça 183), de 27/12/2024, a Coordenação de Concursos Públicos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, esclareceu, preliminarmente, que a homologação do concurso no que concerne à especialidade Atividades Econômicas e Urbanas (cód. 103), encontra-se suspensa em decorrência da Ordem Judicial proferida nos autos do Processo nº 0716844 12.2023.8.07.0000.*

12. *Esclareceu que em face dessa ação judicial, foi anulada uma questão da prova objetiva e revisadas as notas de todos os candidatos ao cargo cód. 103, reclassificando-os e retroagindo à fase de correção de provas discursivas. Ressaltou que “os candidatos negros classificados ou aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência não serão computados nas suas respectivas listas de reserva de vagas, por força do art. 4º, § 1º, da Lei nº 6.321, de 10 de julho de 2019.”*

13. *Nesse ponto, destaca-se, reside o inconformismo da Recorrente – a ocupação por candidatos cotistas de vagas inicialmente destinadas aos candidatos de ampla concorrência, em conformidade com a disposição legal acima referida (Lei nº 6.321/2019):*

*Art. 4º As candidatas e os candidatos negros concorrem concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.*

*§ 1º As candidatas e os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não são computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.*

14. *Desse modo, esclareceu a Secretaria de Estado de Economia que:*

*[...] para cada candidato negro que tenha pontuação suficiente para que sua prova dissertativa seja corrigida com base na classificação obtida na lista da*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

*ampla concorrência, este será contabilizado apenas nesta lista, convocando-se para a referida fase de correção um candidato a mais da lista da aludida cota. Consequentemente, há um aumento no alcance da colocação dos convocados pela lista reservada aos negros, uma vez que aqueles, apesar de integrarem sua respectiva lista de vagas reservadas, não são contabilizados nessas, apenas na ampla Concorrência.*

(...)

16. *Em suma, 61 candidatos PNPs<sup>1</sup> alcançaram pontuação suficiente para classificarem-se entre os 431 candidatos de ampla concorrência aptos a terem suas provas discursivas corrigidas. Em virtude disso, deixaram de ocupar posições entre as 126 previstas para correção de provas discursivas na condição de cotistas, passando a ocupar posições na lista da ampla concorrência. Como consequência, as correções dessas provas para candidatos PNPs alcançou a posição 187ª (126 iniciais somados a 61 vagas abertas pelos candidatos PNPs classificados entre as vagas destinadas à ampla concorrência), depois chegando a 193ª devido ao empate de 5 candidatos na última posição.*

17. *Por outro lado, as vagas referentes à correção de provas discursivas reservadas aos candidatos PcDs e hipossuficientes foram remanejadas para os candidatos de ampla concorrência, ampliando a correção dessas provas de 315ª para 431ª classificação.*

**III. Do exame de mérito**

18. *A pretensão da Recorrente na mudança desse contexto é a de que na correção das provas discursivas dos candidatos de ampla concorrência sejam considerados **“somente para os candidatos considerados NÃO COTISTAS da ampla concorrência, excluindo os candidatos considerados cotistas na contagem”**. Caso essa demanda prevalecesse, as correções alcançariam a posição 492ª (431 + 61) entre os não cotistas, acrescidos de eventuais empates na última posição. Nessa hipótese, seriam excluídos dessa lista os 61 candidatos inscritos em cota PNP, cuja pontuação alcançada classificou-os antes da 431ª posição da lista de ampla concorrência. Esses teriam suas redações corrigidas em vagas reservadas a cotas. Como consequência, seriam excluídos candidatos classificados nas últimas colocações das vagas destinadas à cota PNP.*

19. *Claro que essa pretensão precisa encontrar respaldo em lei e no edital do certame, sendo esse o fulcro do recurso ora em exame.*

20. *Ocorre que a legislação atinente à matéria não socorre a Recorrente, pois dispõe expressamente que “os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não são computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas”,*

---

<sup>1</sup> Pessoas negras e pardas





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

*conforme estabelece o art. 4º, § 1º, da Lei nº 6.321, de 10 de julho de 2019. Ou seja, a pretensão da Recorrente de exclusão de candidatos cotistas da lista de ampla concorrência vai de encontro ao comando da lei.*

21. *O edital do concurso, por sua vez, repete o comando legal ao estabelecer que (p. 1, fl. 4):*

*8.6 O candidato que se declarar preto ou pardo concorrerá concomitantemente às vagas de ampla concorrência e às vagas reservadas aos negros e negras, de acordo com a sua classificação no concurso.*

22. *Do exposto, verifica-se que o recurso não pode prosperar, pois carece de respaldo na lei e no edital do concurso público em exame. Além disso, a Recorrente não foi capaz de evidenciar o alegado tratamento diverso, a esse respeito, que teria sido dispensado aos demais cargos do mesmo concurso. Afinal, não trouxe a informação de cotistas classificados na ampla concorrência que supostamente não teriam sido computados nessa lista.*

**IV. Conclusões e sugestões**

23. *A Recorrente requer a exclusão dos candidatos inscritos em cotas PNP das vagas de ampla concorrência, ainda que tenham atingido pontuação suficiente para classificarem-se nessas vagas. Essa pretensão, contudo, é contrária aos ditames legais – especialmente, art. 4º, § 1º, da Lei nº 6.321, de 10 de julho de 2019 – e ao item 8.6 do edital do concurso público. Em razão disso, não pode prosperar.*

24. *Desse modo, o recurso em exame deve ser rejeitado no mérito.*

25. *Diante do exposto, sugere-se ao eg. Plenário:*

*I. conhecer:*

- a) das contrarrazões apresentadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (peça 187);*
- b) desta Informação Nurec nº 028/2025 (peça 189);*

*II. negar provimento ao Pedido de Reexame (peça 156), dada a ausência de respaldo legal da pretensão nele apresentada, restabelecendo os efeitos do item II da Decisão n.º 4.145/2024;*

*III. autorizar:*

- a) a ciência da decisão a ser proferida à Recorrente e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia da decisão a ser proferida, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências de sua alçada e posterior arquivamento.”

Em sentido convergente opinou a douta representante do **Ministério Público de Contas**, ilustre Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira** (peça 94).

É o relatório.

## **VOTO**

Ao examinar denúncia (peças 131/132) e as razões recursais encartadas na peça 156, verifico que a recorrente desenvolve raciocínio no sentido de que ao publicar, no dia 18.06.2024, o resultado final da prova objetiva relativa ao cargo 103 (Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - Especialidade Atividades Econômicas e Urbanas), o órgão jurisdicionado e a banca examinadora (IADES) não teriam observado disposições do edital em tela, quanto ao quantitativo a ser considerado no tocante às vagas destinadas aos candidatos cotistas (pessoas com deficiência, hipossuficientes e negros ou pardos) e aos da ampla concorrência.

Alega que a contagem levada a efeito, ao contrário dos resultados publicados para os cargos de código 101, 102, 104 e 105, permitiu a inserção de candidatos cotistas entre os candidatos da ampla concorrência, em prejuízo destes últimos, o que viabilizaria a conclusão de que vagas remanescentes reservadas aos cotistas e não preenchidas deixaram de ser destinadas aos não cotistas, contrariando o previsto no edital.

Diante do exposto, torna-se imperioso destacar, inicialmente, as principais disposições editalícias que guardam relação com a pretensão recursal:

### **“7. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*7.1 Às pessoas com deficiência, é assegurado o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade deste Concurso Público, nos termos da Lei nº 4.949/2012, e do art. 54 da Lei nº 6.637/2020, e em conformidade com a Decisão Normativa nº 1/2018 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, de 13 de junho de 2018. 7*

(...)

*7.6 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados para vagas reservadas às **pessoas com deficiência**, as vagas remanescentes são revertidas para a ampla concorrência.*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

(...)

**8. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS**

*8.2 Ficam reservadas 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas por pessoas negras.*

*8.7 Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados para vagas reservadas aos negros e negras, as vagas remanescentes são revertidas para a ampla.*

(...)

*8.11.2 Os candidatos serão convocados para participarem do procedimento de heteroidentificação mediante comunicado a ser oportunamente publicado na página de acompanhamento do concurso público, no endereço eletrônico <http://www.iades.com.br>.*

*8.11.2.1 Quando da convocação, será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas para candidatos negros, permanecendo apenas na listagem de ampla concorrência.*

*8.13 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência **não** preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.*

(...)

*8.11.7.1 O candidato que, após a avaliação, não for considerado negro pela comissão de heteroidentificação, e que tenha sido aprovado nas etapas anteriores, só prosseguirá no certame caso tenha alcançado classificação suficiente para continuar concorrendo às vagas destinadas à ampla concorrência.*

(...)

**9 DAS VAGAS DESTINADAS AOS HIPOSSUFICIENTES**

*9.2 Ficam reservados 10% (dez por cento) das vagas a serem preenchidas por pessoas hipossuficientes.*

(...)

*9.8 As vagas definidas no subitem 9.2 que não forem providas por falta de candidatos hipossuficientes ou por reprovação no concurso público serão preenchidas pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem de classificação no certame.*

(...)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

**16 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO**

*16.5.1.1 Caso haja posições não preenchidas por candidatos que se declararam com pessoa com deficiência, hipossuficiente ou por candidatos negros, estas serão remanejadas para a listagem geral.”*

Extraí-se do texto acima destacado que:

I) há um teto de vagas para os cotistas, qual seja:

- a) pessoas com deficiência: 20% (vinte por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do certame;
- b) pessoas negras: 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas;
- c) pessoas hipossuficientes: 10% (dez por cento) das vagas a serem preenchidas;

II) na hipótese de não haver número suficiente de candidatos aprovados para vagas reservadas às pessoas com deficiência, negras ou hipossuficientes as vagas remanescentes são revertidas para a ampla concorrência.

Neste caminhar verifico que a recorrente menciona 2 (dois) precedentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF que, no entender dela, constituiriam sustentáculo do que pretende.

Em consulta sobre o desfecho dos processos judiciais precedentes invocados pela recorrente, verificou-se que ambos foram movidos por candidatas que, como a denunciante, concorreram ao cargo de código 103 (Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - Especialidade Atividades Econômicas e Urbanas).

No primeiro, o Mandado de Segurança Cível nº 0729277-14.2024.8.07.0000, impetrado **Kercia Guimarães Silva**, foi editado acórdão com o seguinte teor:

**“EMENTA:** ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL. REMANEJAMENTO DE VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. CRITÉRIOS DO EDITAL OBSERVADOS. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

**I. CASO EM EXAME**

*Mandado de segurança impetrado contra ato administrativo do Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, relacionado ao concurso público para o cargo de auditor fiscal de atividades urbanas (Edital n. 01/2022 - ATUB). A impetrante alegou*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

*eliminação indevida no certame, em razão da incorreta aplicação do remanejamento das vagas das cotas para a ampla concorrência. Requeveu sua reinclusão no concurso e, ao final, a concessão definitiva da segurança.*

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

*As questões em discussão são:*

- (i) verificar se houve ilegalidade no remanejamento das vagas das cotas para a ampla concorrência, conforme previsto no edital; e*
- (ii) analisar se a impetrante teria direito à convocação para a correção da prova discursiva, considerando o critério de remanejamento das vagas.*

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

*O remanejamento das vagas não preenchidas das cotas para a ampla concorrência foi realizado de acordo com as regras estabelecidas no edital, convocando até a 431ª posição na ampla concorrência, enquanto a impetrante se classificou na 438ª posição.*

*A interpretação e a aplicação dos critérios do edital são de competência exclusiva da banca organizadora, sendo vedado ao Poder Judiciário interferir no mérito administrativo, exceto em caso de flagrante ilegalidade, não evidenciada no presente caso.*

*Não houve comprovação de direito líquido e certo por parte da impetrante, uma vez que a sua não convocação para a prova discursiva foi resultado da aplicação objetiva das regras editalícias.*

**IV. DISPOSITIVO E TESE**

*Ordem denegada.*

*Tese de julgamento:*

*"1. O remanejamento das vagas não preenchidas das cotas para a ampla concorrência deve observar os critérios estabelecidos no edital. 2. A interpretação dos critérios de concurso público é competência da banca organizadora, salvo ilegalidade manifesta." (Acórdão nº 1943357, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Fabricio Fontoura Bezerra, Julgamento em 19.11.2024).*

**Destaco do voto condutor o que segue:**

*"A impetrante sustenta que a banca não aplicou corretamente o remanejamento das vagas não preenchidas pelas cotas para a ampla concorrência, conforme previsto no item 16.5.1.1 do edital do certame, argumentando que, se tal remanejamento tivesse ocorrido de maneira correta, teria sido convocada para a correção da prova discursiva, pois classificada na 438ª posição.*

*Em outro sentido, o resultado final divulgado pela banca alcançou até a 431ª posição na ampla concorrência, razão pela qual a impetrante não foi incluída na lista de convocados.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

*O edital do certame estabelece que a correção das provas discursivas se limita a 630 redações, distribuídas entre ampla concorrência e cotas: 315 para ampla concorrência, 126 para Pessoas com Deficiência (PCD), 126 para Pessoas Negras e Pardas (PNP), e 63 para hipossuficientes.*

*Ademais, o item 16.5.1.1 do edital prevê expressamente que as vagas não preenchidas nas cotas devem ser remanejadas para a ampla concorrência.*

*Neste ponto, a impetrante afirma que, ao aplicar essa regra, a quantidade total de vagas remanejadas para a ampla concorrência seria de 118 vagas, e não de 116, como efetivamente calculado pela banca. No entanto, mesmo considerando o remanejamento completo das 118 vagas, a impetrante não alcançaria a convocação, pois, nesse cenário, a convocação se estenderia apenas até a 433ª posição, ficando ela, na 438ª, ainda fora do corte classificatório.*

*O remanejamento foi realizado observando os critérios do edital, resultando na convocação de 431 candidatos na ampla concorrência. Assim, o último candidato convocado nessa categoria foi classificado na 431ª posição, e a impetrante, classificada na 438ª, não teria direito à correção de sua prova discursiva, mesmo se o remanejamento considerasse as 118 vagas alegadas.*

*É imperioso destacar que o controle judicial em concursos públicos limita-se à análise de legalidade, não cabendo ao Poder Judiciário adentrar no mérito administrativo ou alterar critérios previamente definidos no edital, salvo em caso de flagrante ilegalidade, o que não foi comprovado nos autos.*

***O procedimento de remanejamento de vagas para a ampla concorrência foi implementado com observância das disposições editalícias, e a convocação foi realizada dentro dos parâmetros estabelecidos, garantindo o tratamento isonômico a todos os candidatos.***

*A impetrante busca, por meio desta via estreita do mandado de segurança, a reinterpretação de critérios estabelecidos no edital, o que não é admissível, pois não foi demonstrado direito líquido e certo.*

*A não convocação da impetrante decorre de critérios objetivos de classificação, e não de qualquer ato ilegal ou arbitrário por parte da banca. Diante do exposto, resta claro que a impetrante não teria direito à convocação para a fase de correção discursiva, mesmo que o total de vagas remanejadas fosse de 118, como alegado, uma vez que continuaria fora da linha de corte.*

*(...)*

*Diante do exposto, DENEGO A ORDEM” (destaquei)*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

O referido *mandamus* foi remetido ao Superior Tribunal de Justiça, por força da interposição de Recurso Ordinário.

No segundo, o Mandado de Segurança Cível nº 0730214-24.2024.8.07.0000, impetrado por **Tassia Helen de Lucena Portes**, em 24.07.2024 foi proferida decisão liminar nos seguintes termos:

*“Em conformidade com tais disposições do edital, é possível verificar que os candidatos que tiverem sua inscrição deferida às vagas reservadas aos candidatos portadores de necessidades especiais, negros e negras, e hipossuficientes, **também concorrerão às vagas de ampla concorrência**. De igual modo, os candidatos nessas condições terão seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para essas condições.*

*De outro lado, em análise ao documento publicado no site da IADES no dia **05/06/2024** - Resultado preliminar da prova objetiva - Cargo 103 - Auditor Fiscal de Atividades Urbanas - Atividades Econômicas e Urbanas, conforme decisão do TCDF (<https://encurtador.com.br/jUAyk>), verifica-se a existência de 74 candidatos aprovados na prova objetiva nas vagas destinados a pessoas com deficiência, 492 candidatos aprovados na prova objetiva nas vagas destinados a candidatos negros, 52 candidatos aprovados na prova objetiva nas vagas destinados a candidatos hipossuficientes, e 2040 aprovados em Ampla Concorrência.*

*Em análise ao documento publicado no site da IADES no dia **18/06/2024** - Resultado final da prova objetiva e convocação para correção da prova discursiva - Cargo 103, conforme decisão do TCDF (<https://encurtador.com.br/MBMUq>), constata-se que foram corrigidas 321 provas discursivas de candidatos que figuraram **apenas na lista de Ampla Concorrência**, tendo a última candidata, M.C.I.R., obtido na prova objetiva a nota 72,67.*

*Tais informações se confirmam no documento publicado no site da IADES no dia **19/07/2024** - Resultado preliminar da 1ª etapa - Cargo 103 (<https://www.iades.com.br/inscricao/upload/318/20240719194934965.pdf>), no qual verifica-se a existência de 421 candidatos aprovados em Ampla Concorrência (último com nota de 81,75), 70 candidatos nas vagas destinados a pessoas com deficiência (último com nota de 57,83); 119 candidatos aprovados nas vagas destinados a candidatos negros (último com nota de 76,54) considerando, inclusive, aqueles que foram desclassificados por ausência no procedimento de heteroidentificação; e 56 candidatos aprovados nas vagas destinados a candidatos hipossuficientes. Quando se analisa apenas os candidatos que **concorreram em Ampla Concorrência**, verifica-se 321 aprovados, a última candidata com nota final de 72,67.*

*A partir de tais dados, efetivamente constata-se que a Banca Examinadora não procedeu com correção de provas discursivas destinadas a **56 candidatos nas vagas destinados a pessoas com***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA**

**deficiência, 07 candidatos nas vagas destinadas a pessoas negras, e 07 candidatos nas vagas destinadas a pessoas hipossuficientes, o que totaliza 70 vagas, porque não haviam candidatos suficientes para a correção dessas provas discursivas.**

Considerando que a última candidata, M.C.I.R., obteve na prova objetiva a nota 72,67, e figurava na 431ª posição na lista de Ampla Concorrência, excluídos os candidatos nas vagas destinados a pessoas com deficiência, pessoas negras e pessoas hipossuficientes (já que tais candidatos já tiveram suas provas discursivas corrigidas pelos critérios específicos), a impetrante figuraria em 492ª posição, **atrás 66 posições da última candidata aprovada EXCLUSIVAMENTE para fins de correção da prova discursiva.**

Registre-se que o item **16.5.1.1** refere-se a posições não preenchidas por candidatos **para fins de correção das provas discursivas**, nada tendo haver com outras fases do concurso.

Nesse sentido, em uma análise preliminar, própria dessa fase, considerando que a previsão editalícia presume a convocação dos demais candidatos aprovados em ampla concorrência nas provas objetivas, observando a ordem geral de classificação, tendo em vista que o total de vagas reservadas à correção das provas discursivas aos candidatos portadores de necessidades especiais, negros e negras, bem como de hipossuficientes, **não foram alcançadas**, resta evidenciado o direito líquido e certo da candidata impetrante.

Ante o exposto, **DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR** para determinar a retificação, pela banca examinadora, do resultado final da prova objetiva e convocação para correção da prova discursiva, e, em restando aprovada na prova discursiva, faça constar o nome da impetrante novamente como aprovada em ampla concorrência, realizando o correto remanejamento das vagas.” (Desembargadora Maria Leonor Leiko Agüena - 1ª Câmara Cível)

Em 07.05.2024, o feito foi incluído em pauta para julgamento eletrônico de mérito.

A meu juízo, o cenário judicial que venho de descrever aconselha o sobrestamento da apreciação do recurso em exame, pois a matéria em exame foi submetida ao escrutínio judicial, não havendo, até o presente momento, decisão de mérito transitada em julgado que definirá a viabilidade ou inviabilidade jurídica da pretensão recursal.

Destarte, acolhendo os termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

**I - tome conhecimento:**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR DE CONTAS RENATO RAINHA

- a) das contrarrazões apresentadas pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEE/DF (peça 187);
- b) da Informação NUREC nº 028/2025 (peça 189);

**II – determine:**

- a) o sobrestamento da apreciação do Pedido de Reexame encartado na peça 156;
- b) à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIPE que mantenha este Tribunal de Contas informado sobre a tramitação dos Mandados de Segurança Cíveis nºs 0729277-14.2024.8.07.0000 e 0730214-24.2024.8.07.0000 – TJDFT e de seus desdobramentos;

**III - autorize:**

- a) a ciência desta decisão à Recorrente e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF;
- b) o envio ao Núcleo de Recursos-NUREC de cópia desta decisão para os devidos registros;
- c) a devolução destes autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIPE para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2025.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Desembargador de Contas-Relator